

A natureza do clítico de reflexividade do tipo *se*: evidência do Caboverdiano

Maria Alexandra Fiéis e Fernanda Pratas¹
Centro de Linguística da Universidade Nova de Lisboa

0. Introdução

A. O presente trabalho assenta sobretudo em dados do Português Europeu (PE) e do Caboverdiano (CV)² e tem dois objectivos distintos:

- (i) procurar dar conta da ausência de um morfema de reflexividade do tipo *se* em Caboverdiano, mostrando como a leitura reflexiva nesses contextos depende das propriedades internas (semânticas) dos predicados;
- (ii) mostrar que algumas diferenças na arquitectura da frase, em CV e em PE, sustentam a ausência desses morfemas, na primeira língua, enquanto os tornam obrigatórios em determinados contextos, na outra.

B. Se estes objectivos forem cumpridos, esperamos poder apontar uma nova via para o estudo de algumas formas clíticas em PE, nomeadamente no que respeita à distinção entre os clíticos do tipo *se* (argumentais e não argumentais).

C. As propostas teóricas da Morfologia Distribuída (Halle & Marantz, 1993; Embick & Noyer, 2001) enquadram este nosso trabalho comparado, articulando princípios da semântica lexical (estrutura argumental e grelha temática dos predicados), da semântica composicional (interpretação da frase) e restrições de ordem sintáctica (arquitectura da frase) para dar conta de fenómenos que consideramos serem operados no módulo pós-sintáctico, na componente morfofonológica da gramática.

1. Os dados e o problema

Diversos contextos verbais que em PE ocorrem com um clítico reflexivo do tipo *se* (diferente da expressão anafórica, não clítica, do tipo SELF, *a si mesmo*), ocorrem em CV sem uma marca morfológica de reflexividade.

Este problema não inclui o *se*-nominativo (um dos casos de *se*-impessoal, como em *Vende-se casas*), de natureza argumental, nem o *se*-passivo (como em *Vendem-se casas*), de natureza quase-argumental (Duarte, 2001).

¹ Bolseira da Fundação para a Ciência e Tecnologia: SFRH / BD / 11064 / 2002.

² Variedade de Santiago, com dados recolhidos nas localidades Flamengos, concelho de São Miguel, e Picos de Santa Catarina, concelho de Santa Catarina.

Ambas as construções correspondem, em CV, a uma estrutura de tipo passivo impessoal (1) ou de tipo existencial (2):

- (1) Kasas ta bendedu.
Casas TMA vender.PART.PASS
São vendidas casas.
- (2) Ten kasas pa bende.
Tem casas para vender.
Há casas à venda.

Nenhuma destas construções parece trazer portanto evidência para a investigação da natureza do morfema de reflexividade nos casos expostos neste artigo, pelo que esse será um tópico a abordar em trabalhos futuros.

Voltando ao contraste acima referido entre o PE e o CV, a ausência de um morfema do tipo *se* verifica-se em CV em alguns contextos que em PE apresentam um clítico tradicionalmente considerado de natureza argumental.³ De (3) a (5) apresentamos exemplos comparativos.

Contextos reflexivos:

- (3) a. Pedru laba mo
O Pedro lavou as mãos
b. Pedru laba
O Pedro lavou-se
- (4) a. Pedru fri-l
O Pedro feriu-o
b. Pedru fri
O Pedro feriu-se
- (5) a. Djon perdi dinheru
O João perdeu o dinheiro
b. Djon perdi na tenpu
O João perdeu-se

Seguem-se outros predicados reflexivos, aqui sem a entrada transitiva.

- (6) Eder xinta pamodi e bai kumi
O Eder sentou-se porque vai comer
- (7) Irina dja pentia.
A Irina acaba de se pentear.

³ Referimo-nos a este morfema como sendo do tipo *se*, forma que ocorre quando se trata da 3sg, mas também a *me*, *te*, etc., desde que estes clíticos sejam co-referentes com o sujeito da oração (independentemente do papel temático deste).

E outros, com os chamados *se* não-argumentais (ditos *se*-anticausativo (8) e *se*-inerente (9)).

- (8) a. Porta abri
A porta abriu(-se)
- b. Vidru kebra
O vidro partiu(-se)
- (9) Maria ngana na konta
A Maria enganou-se nas contas⁴

Os contrastes exemplificados acima apontam para duas hipóteses de análise:

Hipótese 1: o CV (como o Inglês) não dispõe destes morfemas no seu léxico, e por isso não pode usá-los (pouco explicativo).

Hipótese 2: na linha do que defendem Levin & Rappaport Hovav (1995), e.o., são as propriedades do âmbito da semântica lexical que permitem dar conta das diferenças encontradas entre alguns predicados, com consequências no ordenamento dos constituintes na frase.

Aliás, este é um tipo de variação que é, não só intralinguística, mas pode ser verificada de língua para língua. Por exemplo:

- (10) a. Jean a brûlé la maison.
'O João queimou a casa'
- b. La maison a brûlé.
'A casa ardeu' (lit. A casa queimou)
- (11) a. Sortez la voiture du garage.
'Tirem o carro da garagem' (lit. Saiam o carro da garagem)
- b. Jean est sorti.
'O João saiu'
- c. Il nous a sorti dès lors à peu près toute sa psychologie. (cf. Grévisse 1993: 419)
'Ele saiu-se-nos logo com quase toda a sua psicologia'
- (12) a. Personne ici ne serait capable de me tomber.
'Ninguém aqui seria capaz de me derrubar.' (lit. ... seria capaz de me cair)
- b. Jean est tombé.
'O João caiu.'
- c. Les gens à cheval doivent avoir tombé le taureau avant d' arriver à cette limite. (cf. Grévisse Idem)
'As pessoas a cavalo devem ter derrubado o touro antes de chegar àquele limite.' (lit. ...devem ter caído o touro)

⁴ Note-se que esta entrada pode admitir redobro em PE – *A Maria enganou-se a si própria* – e ocorrer em CV com uma anáfora do tipo SELF – *Maria ngana si kabesa* –, mas teriam uma leitura diferente da apresentada em (9). Em (9) temos um sujeito-Paciente e neste caso teríamos um sujeito-Agente.

Em suma, há verbos com diferentes valores semântico-lexicais associados, e essas diferenças podem ser encontradas quer intralinguisticamente quer entre línguas diferentes, como o PE e o francês, ambas línguas românicas.

2. Propostas anteriores

A. Quanto à ausência do morfema *se*.

Reinhart (1996, 2000, 2001) propõe que em algumas entradas verbais do inglês existe redução lexical (como *Max washed* – redução do argumento interno –, resultando numa entrada de tipo reflexivo; e *Lucie rolled* – redução do argumento externo –, resultando numa entrada de tipo inacusativo).⁵

No entanto, ficam por explicar os casos como os do PE, em que o clítico está presente e é sumariamente assumido como um vestígio do caso acusativo deixado na operação de redução.

B. Quanto ao morfema *se* em PE (alguns contextos)

Em Duarte (2001), numa abordagem essencialmente sintáctica, é proposto que os clíticos argumentais – pronominais e anáforas –, pelo facto de assumirem referência definida, seriam núcleos de DPs inseridos por *Merge* em posições θ -marcadas internas a VP:

$$(13) [IP [VP V \dots [DP [D^{\circ} CL] \dots]]] / [IP [VP [DP [D^{\circ} CL] V \dots]]]$$

(Duarte, 2001: 143)

Enquanto que os anticausativos e os inerentes (ambos não-argumentais), sem qualquer estatuto referencial, seriam inseridos por *Merge* na posição de núcleo funcional Asp (sintagma aspecto), conforme os traços que este contém (traços de inacusativização no primeiro caso, e de diátese médio-passiva no segundo):

$$(14) [IP [DP Os copos]_i \dots [InacusP [Inacus se] [VP [v^{\circ} V t_i]]]]$$

(Idem: 144)

⁵ Em Pratas (2002, 2004) esta proposta foi aplicada aos dados do CV acima expostos. Ela pretende dar conta da violação, em *Max washed* (com a leitura 'O Max lavou-se'), da condição B da Teoria da Reflexividade dos Predicados (Reinhart & Reuland, 1993). Recorde-se que as condições A e B desta teoria, que vêm reformular as condições da Teoria Standard da Ligação (Chomsky, 1981, 1986), predizem o seguinte:

A Um predicado sintáctico [apenas V] marcado reflexivamente é reflexivo.

B Um predicado semântico [pode ser V, N ou P] reflexivo é marcado reflexivamente.

Em certos contextos, uma preposição ou um nome podem funcionar como predicados semânticos, projectando dois argumentos que, quando co-referentes, requerem a marca de reflexividade. Em (i) temos o exemplo apresentado por Reinhart & Reuland, que mostra a preposição *over* como predicado semântico. Os exemplos com Ns são mais complexos, daí não caberem no âmbito deste trabalho.

(i) Max rolled the carpet, over * it, / itself_i / him.

Nesta análise, uma projecção funcional acima de VP, Asp, codifica os traços de *aktionsart* e de diátese do VP, mais concretamente de diátese médio-passiva nos casos em discussão. Uma análise mais exaustiva, mas na mesma linha, como a que é apresentada em Duarte, Matos & Gonçalves (2001) defende a existência de categorias funcionais específicas para cada subtipo de clítico.

No entanto, fica ainda por explicar a razão pela qual os clíticos reflexivos se distribuem por construções tão diversificadas, como as construções ditas reflexivas (*O João lavou-se*), anticausativas (*A porta abriu-se*) e reflexivas inerentes (*A Maria riu-se*). Para não mencionar as ditas impessoais (*Vende-se casas*) e passivas (*Compraram-se mais carros durante o Verão*) que, como referimos, não estão em discussão no presente trabalho⁶.

3. A nossa proposta

A. Assunções prévias

i. *O quadro teórico da Morfologia Distribuída (MD)*

Uma análise no quadro da MD remete o contraste verificado para o módulo morfológico, que ocorre pós-sintacticamente, ao assumir que nem todas as sequências ou movimentos de constituintes resultam de operações ocorridas exclusivamente na componente sintáctica da gramática. Na Sintaxe são gerados e movidos nós terminais de acordo com princípios sintácticos e o seu resultado vai ser, por sua vez, o *input* de um domínio morfofonológico, onde ocorrem outras operações que obedecem a princípios próprios. O que não é construído na Sintaxe é, portanto, construído depois da Sintaxe, na Morfologia, que compreende uma série de operações que ocorrem no ramo PF, a seguir ao ponto em que a derivação sintáctica se bifurca em PF (forma fonológica) e LF (forma lógica). Um morfema é, assim, um átomo da representação morfossintáctica; é o nó terminal (sintáctico ou morfológico) e o seu conteúdo, e *não* a expressão fonológica desse terminal (esta, a expressão fonológica de um morfema, é o expoente, ou parte de um item vocabular). O conteúdo de um morfema (abstracto) activo na sintaxe consiste, assim, no conjunto de traços sintáctico-semânticos extraídos de um conjunto disponível na Gramática Universal.

ii. *O parâmetro de Split,IP, com valor positivo em PE e negativo em CV*

O parâmetro de Split,IP, proposto em Bobaljik (1995), tem valor positivo em PE (IP domina outras projecções funcionais máximas como TP, AgrP, AspP, etc.) e valor negativo em CV (como em Inglês). Em CV, os traços de Acordo (Agr), Modo (Mood) e Aspecto (Asp) são realizadas em T (Tempo), sob a forma de um ou mais Itens Vocabulares (IV). Estes são núcleos em sucessiva adjunção, sempre com a etiqueta T, com um comportamento idêntico ao dos advérbios (Costa & Pratas, 2003; Pratas, 2004).

⁶ Para uma análise mais detalhada sobre estas construções, veja-se Loureiro (2003).

ii. Os papéis- θ como traços

A ideia, defendida por Hornstein (1999), de que os papéis- θ são traços que legitimam o movimento é crucial para a nossa proposta. Esta análise tem por base a rejeição do critério- θ , que proibia o movimento de constituintes de uma posição- θ para outra. Assumindo esta rejeição, é possível legitimar a ocorrência na frase de DPs com mais de um papel- θ . Como veremos, os dados empíricos sustentam essa hipótese.

B. A estrutura da frase

Para o PE, assumimos que a arquitectura da frase, partindo de Duarte (2001), inclui um núcleo funcional (Refl, nuns casos, e Caus. ou Voz, noutros casos – e não apenas Asp, como propõe a autora), onde é inserido, no módulo pós-sintáctico, o morfema do tipo *se*. Em CV, como esta categoria não é projectada, não há lugar para a inserção deste tipo de morfema.

A interpretação da frase depende, assim, não só da semântica dos predicados mas também da sua composição (uma leitura reflexiva, por exemplo, é induzida em CV com certos predicados sempre que não é realizado um argumento interno, excluindo portanto a leitura transitiva).

C. Vantagens

A nossa proposta permite uma análise unificada para os diferentes tipos de clíticos: argumentais (que deixam de poder ser considerados como tal) e não-argumentais. Passamos assim a considerar não-argumentais todos os clíticos do tipo *se*.

A reforçar esta ideia de que os morfemas do tipo *se* (por contraste com os reflexivos do tipo SELF) não são argumentais, saliente-se o facto de a dicotomia entre argumentais e não-argumentais não ser clara também para outros autores. Para Duarte (2001), e.o., os reflexivos inserem-se no grupo dos argumentais (por poderem ser redobrados), enquanto que, para Cinque (1988), por exemplo, são não-argumentais porque não podem sofrer passivização.

As ditas leituras reflexiva – a) *O Pedro lavou-se*; inerente – b) *A Ana zangou-se*; ou anticausativa-inacusativa – c) *A porta abriu-se*, são possíveis em Inglês e em CV sempre que esses predicados surgem em entradas aparentemente mono-argumentais. Estas leituras são possíveis por razões que se prendem com as propriedades internas (semânticas) dos predicados acima, como se pode verificar pelo contraste com, por exemplo, *mata/matar/kill*, que em CV e em Inglês precisa de uma anáfora do tipo SELF para ter uma leitura reflexiva: *Djon mata *(si kabesa)*; *John killed *(himself)*.

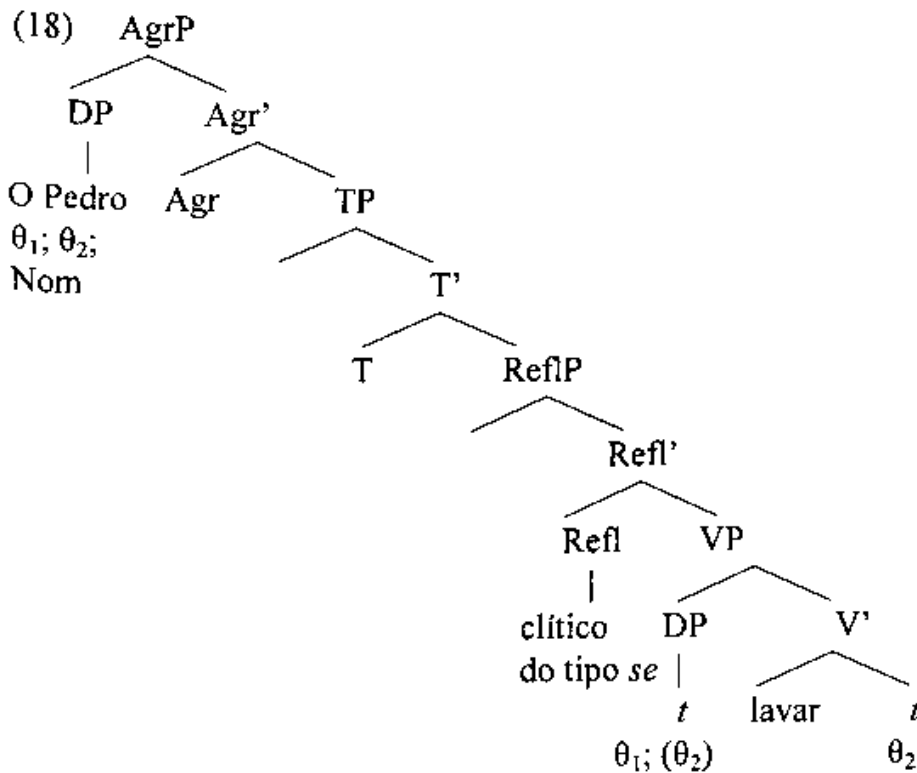
Em a) *O Pedro lavou-se*, o sujeito acumula o papel temático externo, Agente, e interno, Tema; estes verbos podem também apresentar entradas transitivas regulares, em que os papéis temáticos são atribuídos a argumentos distintos. Nas entradas reflexivas, porém, a representação semântica mostra que os dois argumentos coincidem: *O Pedro lava x [x lava x]*.

Nas entradas ditas inerentes, como b), *A Ana zangou-se*, apenas o papel temático interno, Experienciador, é atribuído. Embora não possamos ter uma estrutura de tipo

passivo com o verbo *zangar* (ex.: *A Ana foi empurrada* / **A Ana foi zangada*), temos uma informação semântica que envolve uma causa ou agente externo não expressos na frase: *Fizeram a Ana zangar-se*, ou *A Ana ficou zangada por/com....*. Contudo, com reflexivos inerentes, como com verbos do tipo de *comportar(-se)*, isto não acontece: o papel temático atribuído é, neste caso, o de argumento externo, nomeadamente, o de Agente.

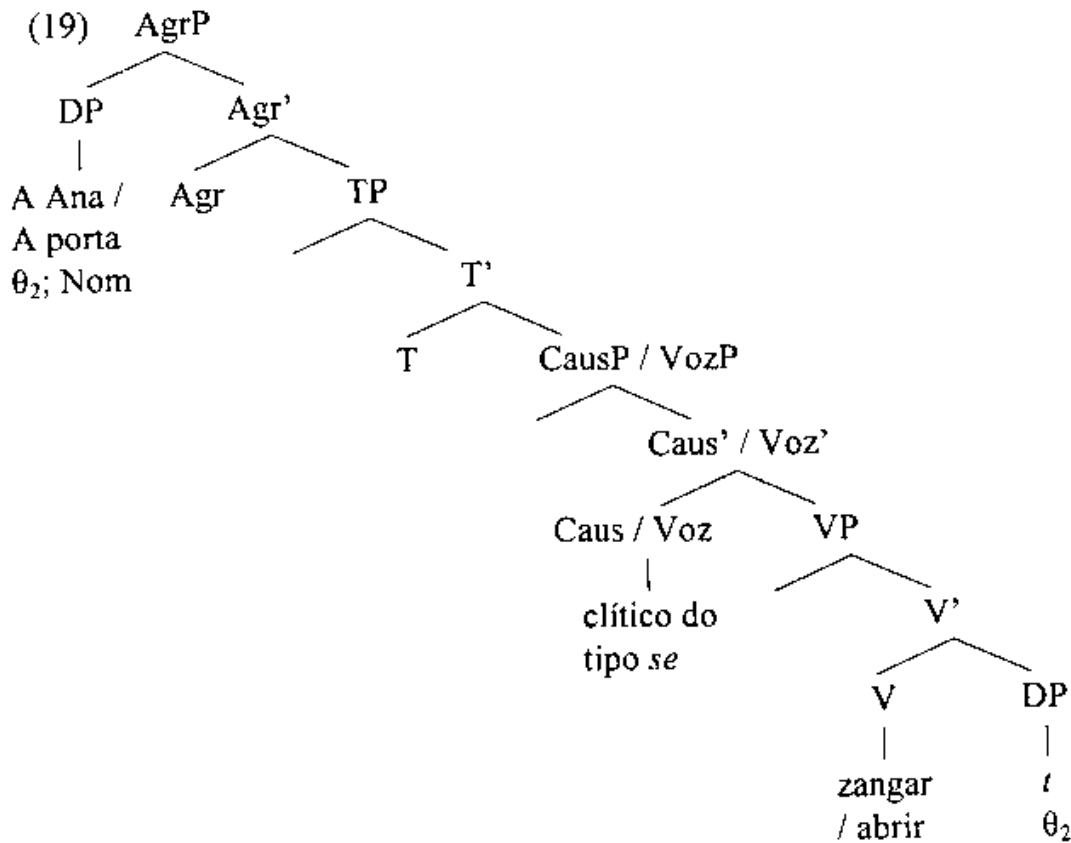
E c), *A porta abriu-se*, apenas o papel temático interno – neste caso o de Tema – é atribuído, com a particularidade de estes predicados terem entradas transitivas correspondentes.

Representações sintáticas. Em (18) e (19) para o PE, e em (20) a (23) para o CV.



- *O Pedro* pode acumular 2 papéis- θ , em aparente violação do Critério- θ , pelo que terá de receber o papel- θ Tema na sua posição de base (argumento interno), sendo subsequentemente movido (por cópia e apagamento) para a posição de Spec, VP;
- aí recebe / absorve o papel- θ Agente, o que é justificado pela co-referência entre os dois argumentos;
- dotado dos dois papéis- θ , este constituinte move para a posição de Spec, IP, onde recebe caso nominativo (ao contrário do que propõe Reinhart, não há assim uma redução da valência do verbo, que continua a ser um predicado de dois lugares);
- o caso acusativo pode não ser atribuído, se assumirmos que a sua atribuição ocorreria numa fase posterior da derivação.

- em PE, dada a disponibilidade de um núcleo funcional para o efeito, é inserido pós-sintacticamente, na componente morfofonológica da gramática, o clítico do tipo *se*, um morfema co-referente com o sujeito (que, portanto, pode assumir a forma morfológica relativa a qualquer pessoa/número e reflectir o caso acusativo – uma pista para considerarmos que o caso acusativo em PE é absorvido por este morfema).



- do mesmo modo que no anterior, este clítico do tipo *se* é um morfema co-referente com o sujeito e é inserido pós-sintacticamente, na componente morfofonológica da gramática.
- ao contrário do que acontece em (18), em (19) não há acumulação de papéis- θ . O papel- θ interno (Tema, neste caso) é o único atribuído pelo verbo, numa estrutura mais próxima de uma passiva;
- não há violação do filtro do caso: o argumento interno é obrigatoriamente movido para a posição de Spec, IP, onde recebe caso nominativo. Exactamente o que acontece nas estruturas passivas.

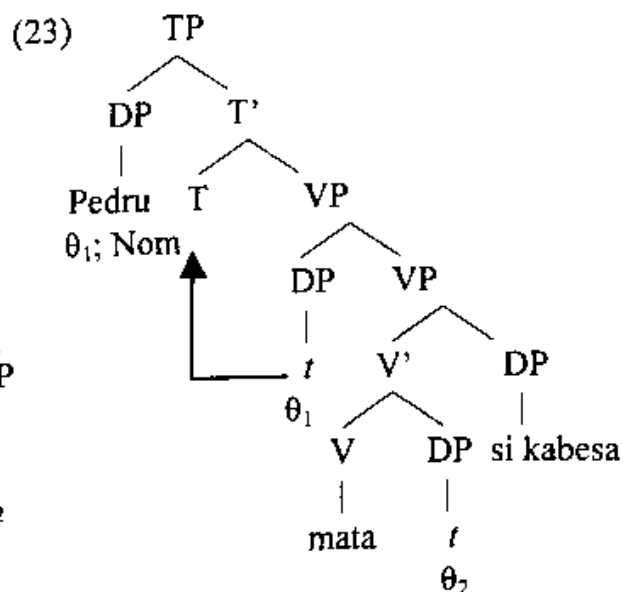
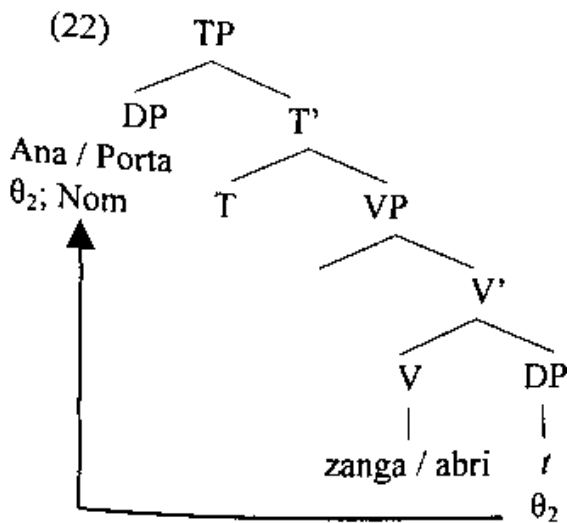
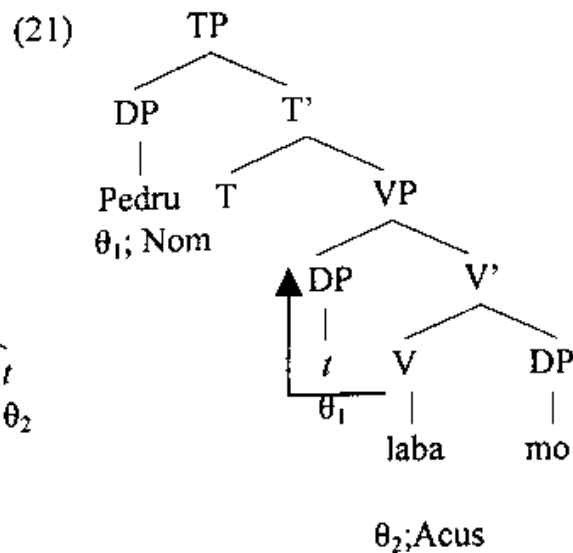
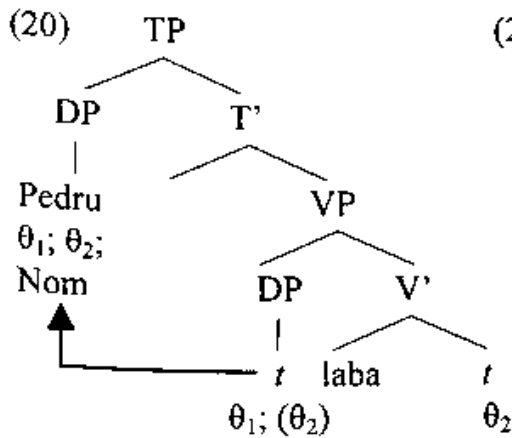
Uma análise na perspectiva da semântica composicional mostra que, ao contrário de uma primeira evidência, esta não é uma entrada de tipo inacusativo: semanticamente, temos informações/intuições sobre a relação que é estabelecida pelo predicado, entre o

único argumento projectado e ainda uma qualquer causa ou agente (papéis- θ externos) exteriores não expressos na frase, mas cuja existência é sugerida, precisamente, pelo clítico *se*.

Para Kayne (1988) e Pesetsky (1995) este clítico assinala a presença, na sintaxe, do argumento externo, como argumento a favor de uma análise inacusativa destas construções. No entanto, a nossa proposta difere desta, na medida em que o morfema *se* é inserido pós-sintacticamente, além de que consideramos que o único argumento para apontar estas construções como inacusativas é o de que têm um sujeito derivado.

A comparação com verbos inacusativos, para tentar mostrar um possível contraste, não seria aqui produtiva, uma vez que os testes para tentar “isolar” a inacusatividade não conduzem a resultados idênticos em todos os verbos amplamente considerados inacusativos. Estamos a referir-nos, por exemplo, ao par de contraste: *A porta foi aberta* / * *A árvore foi caída*, em que considerássemos a agramaticalidade desta última passivização uma prova da inacusatividade de *cair*.

Relativamente ao CV, observem-se as seguintes representações:



- a leitura reflexiva em (20) depende do contraste com a estrutura esperada de um verbo transitivo, como em (21);
- a ausência de um DP – que aqui representamos como um vestígio do DP movido por cópia e apagamento (à semelhança do que acontece em PE) – na posição de argumento interno do verbo induz a única interpretação possível: aquela em que o sujeito e objecto da frase coincidem;
- o DP sujeito, movido para Spec, TP (a única projecção funcional máxima na arquitectura da frase em CV), recebe caso nominativo, levando consigo a função temática complexa de Agente + Tema;
- o morfema de reflexividade, do tipo *se*, não é inserido uma vez que não existe um núcleo funcional disponível para ele;
- quanto ao caso acusativo, embora não tenhamos nenhuma proposta concreta, é de esperar que não tenha sido atribuído dado não haver um argumento interno foneticamente realizado.
- esta interpretação da frase resulta de uma abordagem composicional (existe um único argumento realizado que, em conjugação com a semântica do verbo em questão, induz a leitura reflexiva).
- em (22) o(s) sujeito(s) são gerados na posição de argumento interno, sendo-lhe(s) atribuído o papel temático interno – este difere, no entanto (Tema ou Paciente), conforme a entrada verbal em questão, como aliás seria de esperar;
- neste caso, a leitura induzida não é uma reflexiva, uma vez que se assume que numa entrada reflexiva o sujeito tem o papel temático de Agente, o que não é o caso. A porta não se abre a si própria (embora possamos dizer *A porta abriu-se sozinha*), e se quiséssemos a interpretação de que ‘A Ana se zangou a si própria’, teria de haver uma expressão anafórica realizada em posição de adjunção, do tipo *A Ana zangou-se consigo mesma*.
- em (23), o facto de a expressão anafórica *si kabesa* ‘si mesmo / si próprio’ ser obrigatória em CV, vem comprovar a nossa proposta. Uma vez que a leitura reflexiva está para o verbo *mata* ‘matar’ em CV, no extremo da improbabilidade (se considerarmos uma escala que vai do muito improvável ao muito provável, com alguns graus intermédios) a reflexividade, quando existe, tem de ser explícita. Isto é, não pode ser induzida pela simples ausência de um argumento interno do predicado transitivo, como em (20). Assim, temos realizado um DP adjunto – neste caso uma anáfora – , que reforça a interpretação da frase.
- em PE esta particularidade não se faz sentir para este verbo, uma vez que um morfema do tipo *se*, inserido pós-sintacticamente no núcleo funcional Refl (sem o reforço da expressão anafórica) é suficiente para uma leitura reflexiva.

4. Notas finais

Esperamos ter demonstrado que, relativamente aos predicados analisados, a diferença entre o CV e o PE não reside na estrutura argumental dos mesmos. Esta

diferença, que se manifesta na realização, ou não, de um morfema de tipo *se* –, depende da arquitectura da frase de cada uma destas línguas. Ou seja, estamos aqui perante uma restrição sintáctica: a existência, ou não, de “split-IP”.

Os papéis- θ são traços que legitimam o movimento, o que torna possível a existência de movimento a partir de uma posição- θ para outra, tendo como consequência a acumulação de papéis/traços- θ no mesmo DP.

Esta análise, mesmo a que propomos para o CV, não vai totalmente contra a proposta de Duarte (2001), segundo a qual o morfema *se* lexicaliza categorias funcionais, independentemente da etiqueta, uma vez que, sendo a estrutura funcional do CV restrita a TP, não há lugar para os clíticos.

A classificação como inacusativos, como vimos, não parece ser relevante para a análise de alguns predicados, que não obedecem aos testes tradicionais de inacusatividade.

Um verbo pode ter apenas uma entrada inacusativa numa língua e pode ser transitivo noutra, como acontece com *grow/crescer*, que em inglês tem uma entrada inacusativa e uma transitiva e em português ou italiano tem apenas uma entrada inacusativa (* *Eu cresço as flores*).

Por razões que se prendem com a semântica dos diferentes predicados – e estas propriedades semânticas, como vimos, variam de língua para língua – alguns verbos transitivos, como *lavar*, permitem a atribuição de papel- θ interno sem atribuição de caso acusativo, sem que nenhum outro elemento (por exemplo em adjunção) seja necessário para a gramaticalidade da frase. Porém, com outros predicados ela é obrigatória, a menos que alguma informação acrescida permita a leitura da frase como reflexiva. Verifique-se o seguinte contraste:

- (24) a. * A Maria viu-se.
b. A Maria viu-se a si própria / ao espelho.

Parece-nos que o contraste acima mostra que o *se* não é argumental, se o fosse não haveria nenhuma razão para que o exemplo (24a) não fosse gramatical.

Referências Bibliográficas

- BOBALJIK, Jonathan (1995) *Morphosyntax: the Syntax of Verbal Inflection*, Dissertação de Doutoramento, MIT.
- BOBALJIK, Jonathan & Höskuldur Thráinsson (1998) Two heads aren't always better than one, *Syntax* 1(1), 37-71.
- BURZIO, Luigi (1986) *Italian Syntax: A Government-Binding Approach*, Dordrecht, Reidel.
- CINQUE, Guglielmo (1988) On Si Constructions and the Theory of Arb, *Linguistic Inquiry* 19 (4), 521-581.
- COSTA, João e Fernanda Pratas (2003) Capeverdean Creole: some parametric values. Paper presented at the annual meeting of the ACBLPE, Universidad de A Coruña, Spain, 26-27 June.

- CHIERCHIA, Gennaro (1989) A semantics for unaccusatives and its syntactic consequences, ms., Cornell University.
- CHOMSKY, Noam (1981) *Lectures on Government and Binding*. Dordrecht, Foris.
- CHOMSKY, Noam (1986) *Knowledge of language: Its nature, origin and use*. New York, Praeger.
- DUARTE, Inês (2001) *Tópicos de Sintaxe Comparada*. Relatório para prestação de Provas de Agregação, Universidade de Lisboa.
- DUARTE, Inês, Gabriela Matos, & Anabela Gonçalves (2001) *Clíticos Especiais em Português Europeu e Brasileiro*, comunicação apresentada ao 2º Workshop do Projecto “Português Europeu e Português Brasileiro – Unidade e Diversidade na Viragem do Milênio”, Fortaleza.
- DUARTE, Inês & Gabriela Matos (2000) Romance Clitics and the Minimalist Program. In Costa, J. (ed.) *Portuguese Syntax. New Comparative Studies*, New York, Oxford University Press: 116-142.
- EMBICK, David & Rolf Noyer (2001) Movement Operations after Syntax. *Linguistic Inquiry* 32:555-595.
- FIÉIS, Maria Alexandra (2003) *Ordem de Palavras, Transitividade e Inacusatividade. Reflexão Teórica e Análise do Português dos Séculos XIII a XVI*, Dissertação de Doutoramento, Universidade Nova de Lisboa.
- GONÇALVES, Anabela (1999) *Predicados Complexos Verbais em Contextos de Infinitivo Não Preposicionado do Português Europeu*, Dissertação de Doutoramento, Universidade de Lisboa.
- GRIMSHAW, Jane (1990) *Argument Structure* Cambridge, MA, MIT Press.
- HALLE, Morris & Alec Marantz (1993) Distributed Morphology and the Pieces of Inflection, *The View From Building 20*, K. Hale and S. J. Keyser (eds). Cambridge, MA, MIT Press:111-176.
- HORNSTEIN, Norbert (1999) Movement and Control, *Linguistic Inquiry* 30, 69-96.
- KAYNE, Richard (1988) Romance *se/si*, GLOW Newsletter 20.
- LOUREIRO, João (2003) Restrições de Ocorrência entre Clíticos Reflexivos e a Morfologia Passiva, ms., Universidade Nova de Lisboa.
- MARTINS, Ana Maria & João Costa (2003) *Clitic Placement Across Grammar Components*, comunicação apresentada ao *Going Romance*, Nijmegen.
- PESETSKY, David (1995) *Zero Syntax: Experience and Cascades*. Cambridge MA, MIT Press.
- PRATAS, Fernanda (2002) *O Sistema Pronominal do Caboverdiano. Variante de Santiago*, Dissertação de Mestrado, Universidade Nova de Lisboa.
- PRATAS, Fernanda (2004) *O Sistema Pronominal do Caboverdiano. Variante de Santiago*, Lisboa, Colibri.
- REINHART, Tanya. & Eric Reuland (1993) Reflexivity. *Linguistic Inquiry* 24:657-720.
- REINHART, Tanya (1996) Syntactic effects of lexical operations: Reflexives and Unaccusatives, *OTS working papers*.
- REINHART, Tanya (2000) The theta system: syntactic realization of verbal concepts, *OTS Working Papers in Linguistics*.

- REINHART, Tanya (2001) "Experiencing Derivations", SALT lecture, New York.
- THRÁINSSON, Höskuldur (1996) On the (non-)universality of functional categories. *Minimal Ideas: Syntactic Studies in the Minimalist Framework*, W. Abraham, S.D. Epstein, H. Thráinsson and C.J.-W. Zwart (eds) 253-281. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins.